

TERRITORIALIDADES DIVERGENTES NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA SOJA NO BAIXO AMAZONAS-PA.

RESUMO

No final dos anos 1990, a implantação de “modelos agrícolas hegemônicos”, amparados na produção de monoculturas voltadas à exportação, sobretudo, o agronegócio da soja, foi introduzido no Território do Baixo Amazonas-PA. A princípio, foram escolhidos os municípios de Belterra-PA e Santarém-PA, que passaram a enfrentar embates e territorialidades divergentes; a dos produtores de soja e a dos camponeses locais. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” à região, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento. Em decorrência desse avanço da produção voltada para a exportação de *commodities* agrícolas, os camponeses estão enfrentando mudanças nos seus territórios e modos de vida, ocasionando intensas dinâmicas territoriais, com características excludentes e desterritorializantes. Como expressava o poeta Carlos Drummond (1930), “no meio do caminho tinha uma pedra”, parafraseando-o, “no meio da expansão do agronegócio da soja, tinham uns camponeses.”

Palavras-chave: camponês, território, territorialidade e agronegócio.

ABSTRACT

At the end of the 1990s, the implantation of "hegemonic agricultural models", supported in the production of export-oriented monocultures, especially the soybean agribusiness, was introduced in the Territory of the Lower Amazon-PA. At first, they were chosen the municipalities of Belterra and Santarém-PA, which started to face different conflicts and territoriality; of the soy producers and the local peasants. But at first, the intensification of this planting, promised a real "boom" in the region, and is now considered the "green gold" of the moment. Due to this advance of production for the export of agricultural commodities, peasant are facing changes in their territories and ways of life, causing intense territorial dynamics, with exclusive and deterritorializing features. Expressed as the poet Carlos Drummond (1930), "in the middle of the road was a stone" to paraphrase it, "in the middle of soy agribusiness expansion, they had a peasant."

Keywords: peasant, territory, territorial and agribusiness.

RESUMEN

A finales de 1990, la implantación de "modelos agrícolas hegemónicos", con el apoyo en la producción de monocultivos orientados a la exportación, especialmente la agroindustria de soja, se introdujo en el territorio de la Baja Amazonia-PA. Al principio, se eligieron los municipios de Belterra y Santarém-PA, que comenzó a enfrentar diferentes conflictos y territorialidad; de los productores de soja y los campesinos locales. Pero en un primer momento, la intensificación de esta plantación, prometió un verdadero "boom" en la región, y ahora es considerado el "oro verde" del momento. Debido a este avance de la producción para la exportación de productos agrícolas, los agricultores se enfrentan a cambios en sus territorios y formas de vida, provocando intensas dinámicas territoriales, con características exclusivas y desterritorializadores. Expresado como el poeta Carlos Drummond (1930), "en el medio del camino había una piedra" parafraseando a él, "en medio de la expansión de soja agroindustria, tenían un campesino".

Palabras clave: campesino, territorio, territorial y la agroindustria.

EDEILTON PEREIRA DOS SANTOS

Mestrando em Geografia, na Universidade
Federal do Amazonas-UFAM -
edipereira@outlook.com

MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ

Professor adjunto da Universidade Federal do
Amazonas-UFAM- masulo@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O canto da sereia, entoado pelos arautos do agronegócio, com um discurso sedutor, envolvendo acordes de modernização, altas nos índices das exportações, desenvolvimento via modelos hegemônicos, tem espalhado as suas notas para todos os lados. Com isso, tenta convencer a todos que para alcançar o progresso, é essencial trilhar o caminho “via grãos”.

Assim, o processo expansivo do agronegócio da soja descortina-se sobre os territórios dos camponeses, através de “estradas que parecem retas sem fim, círculos e quadriláteros perfeitos, gigantes, um (des)colorido que homogeneiza e, ao dilacerar os cerrados, deles se apropria e radicaliza sua planura” (HAESBAERT, 1996, p. 372). Essa expansão produtiva, desestrutura e provoca novos arranjos territoriais nas mais variadas escalas.

Ao discorrer sobre essas transformações recentes no campo e também sobre a resistência e subordinação do campesinato à expansão do capitalismo, Fernandes (2011, p. XII), afirma que “é muito arriscado defender o fim da pequena agricultura camponesa ou familiar, ou o domínio total do agronegócio”. Assim, a presente pesquisa, aborda alguns elementos agregadores ou de dispersão de comunidades camponesas, ante essa expansão.

O discurso e a prática expansiva do agronegócio, se propagaram no Território do Baixo Amazonas-PA, ocasionando a implantação de “modelos agrícolas hegemônicos”, amparados na produção de monoculturas voltadas para exportação, sobretudo, a soja, nos municípios de Santarém-PA e Belterra-PA.

No final dos anos 1990, esses municípios passaram a enfrentarem embates e territorialidades divergentes; a dos produtores de soja e a dos camponeses locais. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” à região, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento.

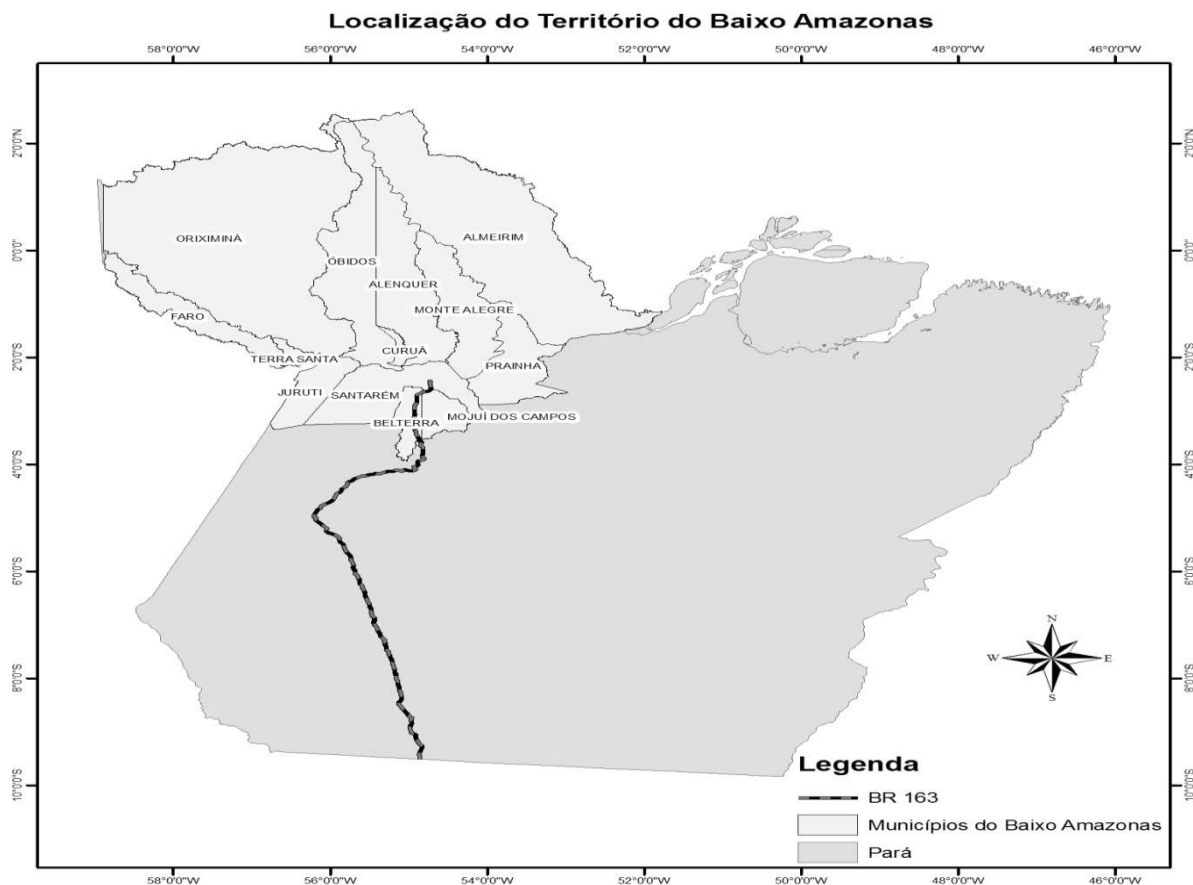
Entretanto, destaca-se a necessidade de investigar as transformações socioespaciais provocadas pelo avanço do agronegócio da soja nessa região, principalmente no momento atual, onde denominaremos de “pós boom”. À época da implantação desse cultivo, propagou-se a ideia, por parte de alguns grupos interessados nessa expansão, que o tão esperado “progresso” viria através dos grãos. Surge então a necessidade de se questionar o alcance e os sujeitos contemplados com esse “progresso”.

Diante desse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar as alterações e possíveis consequências que esse modelo agrícola implantado trouxe ao território local, considerando as mudanças e reestruturações na forma de organização territorial, provocando diferentes formas de rearranjos socioespaciais, com interferências sobre a vida de vários sujeitos sociais, sobretudo nos camponeses residentes nessas áreas. Afinal, o território é o palco onde se desenvolve esses embates com lógicas contraditórias gerando territorialidades divergentes.

Para analisar essa questão, a metodologia se baseia no método comparativo, histórico e monográfico. Destaca-se ainda, a pesquisa de caráter exploratório, através das técnicas de revisão bibliográfica, sobre a questão do território e territorialidade, com ênfase na expansão do agronegócio sobre áreas habitadas por camponeses. Foram realizadas observações de campo, análise de imagens de satélites, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas e estruturadas, entre os camponeses das comunidades e também com os produtores de soja.

O TERRITÓRIO CAMPONÊS: ANTES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA

O território do Baixo Amazonas/PA, segundo o IBGE (2010) é composto por 13 municípios, ocupa uma área de 340.452 km² e apresenta uma população estimada em 707 mil habitantes.

FIGURA01- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS-PA-

Org.

Labgeo-IBAMA/2014

Sobre o processo de ocupação dessa região, Gonçalves (2008), explica que é um padrão de organização do espaço com características rio-várzea-floresta e posteriormente estrada-terra-firme-subsolo, onde a rodovia passa a desempenhar uma outra dinâmica e um papel importante nessa nova configuração espacial.

Leroy (1991), relata com riqueza de detalhes a ocupação e consolidação inicial dessa região, ao afirmar que a sua incursão na dinâmica mercantil colonial se dá em 1637, com a chegada do português Pedro Teixeira, nas Praias do Tapajós. As primeiras relações foram assentadas sobre as bases extrativistas, com as drogas do sertão, à escravidão indígena, e posteriormente no século XVIII com as fazendas produtoras de cana de açúcar, cacau e gado, e junto, a escravidão negra. Depois muitos desses negros, se refugiaram nos mocambos de Trombetas ou do Curuá. Vários embates e descontentamentos, incluindo o empobrecimento da região, em virtude da miséria expressiva, provocada pelas constantes explorações praticadas pelos portugueses e também os grandes fazendeiros, culminaram na Cabanagem¹ em 1835, imprimindo uma outra dinâmica à região. Esta se apresentou como um levante,

¹ Segundo Loureiro (2009, p. 33) a Cabanagem foi considerada um movimento popular de caráter nativista e emancipatório, por sinal o maior do período colonial, que devastou a área do Grão-Pará, (que incluía a Amazônia geográfica brasileira e o Maranhão). Esse movimento era constituído por pessoas pobres, (brancos, mulatos, caboclos, negros libertos, foreiros e índios) que moravam em cabanas, o que originou o nome do levante. O objetivo era formar um governo caboclo que atendessem as suas necessidades, chegaram a assumir

com o intuito de inserir um regime revolucionário no Pará, agregando diversos segmentos pobres da sociedade, completamente sem perspectivas.

A partir de então, a região passou a enfrentar grandes mudanças na sua constituição populacional. Leroy (1991, p.28) afirma que a mesma estava enfrentando um déficit de mão-de-obra em virtude das mortes com a Cabanagem e o desmoronamento do latifúndio, as epidemias, e o fim do tráfico negreiro. A alternativa foi se voltar para a migração. Começaram a serem instaladas em 1865 as primeiras colônias de imigrantes (franceses, norte-americanos, etc.), tanto na região bragantina, bem como no Baixo Amazonas, que vinham a fracassar.

Nesse cenário, o Nordeste apresentou-se como fornecedor de braços para a nova atividade. A partir desse momento verifica-se uma nova forma de ocupação proporcionada pelos nordestinos; aquela a partir dos rios e iam adentrando nas matas, inclusive do planalto santareno². Vale destacar, que posteriormente chegaram outros migrantes de várias regiões, que também contribuíram para essa “amazonização”.

O território do Baixo Amazonas/PA fez parte de toda essa dinâmica populacional e produtiva, pois era uma grande área de exploração da borracha. Sobre isso, Reis (1979, p. 168) destaca que o Tapajós era considerado “o rio da borracha” e Santarém, o centro que “comandava todo o comércio, financiador das expedições descobridoras e exploradoras”.

De acordo Grandin (2010), Henry Ford, gastaria dezenas de milhões de dólares para financiar a implantação de duas cidades, Fordlândia e Belterra-PA, com moldes americanos e a implantação na região do plantio racional de seringas. O que a princípio era considerada uma verdadeira epopeia, se transformou em um grande desastre. Esse investimento não prosperou, em virtude das doenças que atacaram essas plantações, o que acabou provocando outras formas de organização social na região.

É interesse registrar que a história econômica amazônica, como reflexo da brasileira, foi estruturada em torno de ciclos econômicos, que enfrentam constantes oscilações. Sobre isso, Nahum (2011, p.18) expressa essas oscilações ao registrar os diferentes Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), onde “temos um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II PDA (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-95) e PDA (1994-97)”.

Após as constantes sucessões desses ciclos econômicos, e com a decadência do ciclo da borracha, a região amazônica passava a contar então com uma grande quantidade de nordestinos, que contribuíram para a organização e constituição da mesma. Entretanto, esses migrantes passaram a se organizar em comunidades. Sobre o processo de organização das mesmas, verifica-se, uma importante contribuição para as estruturas dessas comunidades, conforme é descrito abaixo:

Foi uma pequena revolução que os nordestinos expulsos pelas secas do fim do século XIX ou regressos dos seringais nos anos 1910 a 1920 realizaram entre nós. Criaram a pequena propriedade familiar: a roça. Formaram uma nova organização social: um tipo de campesinato. Esses colonos, em geral não enriqueceram, mas, a diferença dos seringueiros, castanheiros, vaqueiros, não eram mandados; trabalhavam por conta própria, como autônomos. (HÉBETTE, 1992, p. 119).

o poder em Belém, mas foram expulsos em 1836 por uma esquadra inglesa, que tinha sido contratada pelo governo imperial brasileiro..

² O planalto Santareno é o nome que recebe as áreas planas, distante das várzeas.

A atuação desses nordestinos, trazendo consigo os seus costumes e os ‘amalgamando’ a realidade amazônica, ocasionou uma forma diferente de organização social do território, criando as pequenas propriedades.

CAMPESINATO EM DESTAQUE NAS COMUNIDADES ESTUDADAS

Foi feito um recorte espacial no território do Baixo Amazonas-PA e selecionou-se três comunidades que experimentaram a inserção do agronegócio da soja em suas áreas, tomando como intervalo de tempo para análise, o período de 1999 a 2013. Nesse contexto, cercada pelo cultivo da soja mecanizada, quase que ilhada, encontram-se as comunidades de Prata, Açaizal do Prata no município de Belterra - PA e Paca, no município de Mojuí dos Campos-PA, que foi desmembrado de Santarém-PA em 2012.

Em decorrência desse avanço da produção voltada para a exportação de *commodities* agrícolas, esses camponeses estão enfrentando mudanças nos seus territórios e modos de vida. Como expressava o poeta Carlos Drummond (1930)³, “no meio do caminho tinha uma pedra”, parafraseando-o, “no meio da expansão do agronegócio da soja, tinham uns camponeses.”

Portanto, antes de versar sobre esse processo expansivo, é prudente destacar quem são esses camponeses, os nomes que lhes são atribuídos, as suas formas de produção, e sobretudo as características dos seus territórios.

O termo camponês não surge por acaso, ele carrega consigo um forte viés político-social acrescido de divergências interpretativas. Não é nosso objetivo aprofundar-se no mérito da seara conceitual, apenas fornecer subsídios para a compreensão desses sujeitos, que são o interesse central da presente pesquisa.

Definir quem são esses sujeitos sociais, ante a sua complexidade, envolvendo as transformações em curso no campo ao longo do contexto histórico, não é tarefa muito fácil, devido a característica que eles apresentam em se reinventarem. Nos abstermos de tal discussão e apoiamos a presente pesquisa nas afirmações de Shanin (1979), que após discorrer sobre a complexidade da conceituação do termo camponês, o apresenta ao mesmo tempo como uma classe social e um modo de vida diferente. Ele ainda destaca seis características essenciais, que os distingue de outros grupos, ressaltando a necessidade de interdependência e combinação entre elas, a saber: trabalho familiar, padrões e tendências da organização política, normas e cognições típicas, a comunidade como unidade básica de organização social, dinâmica social específica e as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural SHANIN (1980).

Sobre a necessidade de estudar o camponês, Hébette *et al*, (2002. p.175) afirma que mesmo muitos considerando uma visão ultrapassada e tema para historiadores, ele assume o “risco ideológico” de ser contestado ao utilizá-lo, ante a importância do mesmo. Compartilhando de ideia parecida, Marques (2008), expressa com propriedade, motivos para se debruçar sobre esse assunto, ao afirmar que:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou

³ Esse fragmento faz parte da poesia, No meio do caminho, de Carlos Drummond de Andrade. In Alguma Poesia. Ed. Pindorama, 1930.

não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2008, p. 58).

Discorrer sobre a constituição desse campesinato, é debruçar-se sobre um processo histórico, composto por diversos sujeitos sociais, provenientes das mais variadas regiões, que ao longo do tempo foram se amalgamando a essa realidade amazônica. Em tempos em que a terra não era vista como mercadoria.

Assim, o surgimento das sociedades camponesas amazônicas, segundo Harris (2006), ocorre necessariamente entre a expulsão dos missionários em 1770 e a Cabanagem em 1830. Porém, com a agricultura de subsistência, surge a constituição do campesinato na região do Baixo Amazonas/PA. Pois, uma camada da população egressas dos seringais, ou permanentes neles, após o seu declínio, vão se estabelecendo e desenvolvendo outra forma de produção, ancorada na subsistência.

Para uma melhor compreensão dessa reconfiguração territorial, é preciso se reportar ao passado, para então reconstituir essas transformações em curso, que estão imprimindo outras feições a região. A formação dessas comunidades apresenta um padrão diferenciado das comunidades ribeirinhas, muito comum no Baixo Amazonas-PA, conforme se observa.

Esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre longe dos rios principais onde se concentrava a maior parte das atividades tradicionais. Isso constitui um fato novo e muito importante na ocupação da Amazônia, que imperceptivelmente enunciava uma nova era (...). O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens que penetravam na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (igarapé) ou lagoa. (VELHO, 1979, p. 201).

Destaca-se aí um padrão de ocupação diferente do habitual, as margens do rio. Muitos desses migrantes, eram nordestinos, e constituíram as comunidades ora pesquisadas. Entretanto, outros provenientes de várias partes do país, também contribuíram para esse processo.

Sobre o surgimento dessas comunidades, Leroy (1991, p. 31) afirma que em virtude do fracasso do sistema de *plantation* racional, restava para o nordestino, a colonização da região. Assim, após 1910, famílias cearenses, provenientes do Alto Tapajós, começam a fundar a Vila de Mojuí dos Campos, distante 30 km de Santarém-PA. Passaram a cultivar o algodão, e até a década de 50, esse planalto passou a ser ocupados por ex-seringueiros e “soldados da borracha”, que se dedicaram a colonização.

Porém, esses camponeses da área do estudo, apresentam um caso de resistência, em nível diferenciado às pressões do cultivo mecanizado da soja. Seu território situa-se num contexto hegemonizado por fazendas de produção de grãos, mantendo essas famílias em constante assédio e desarticulando seus modos de vida e reprodução social, representando uma ameaça de instabilidade e de possível desestruturação futura.

Essas comunidades apresentam como principais atividades a agricultura de subsistência e a comercialização de excedentes para a cidade de Santarém-PA. Entretanto, apresentam uma agricultura tecnicamente precária, níveis de renda que não remuneravam o trabalho e baixa assistência em saúde, educação e infraestrutura, levaram a maioria das famílias a vender suas terras, restando poucas propriedades familiares, que ficaram ilhadas em meio as grandes plantações.

As três comunidades; a do Prata que chegou a contar com 43 famílias, hoje restam 07, Açaizal do Prata, apresenta uma média de 50 famílias, que ainda se mantém, e Paca, que apresentavam umas 40 famílias, atualmente apresenta 05.

Mesmo ocupando espaços contíguos e apresentando características históricas, culturais, econômicas e sociais semelhantes, essas comunidades reagiram de maneira diferente ante o avanço do agronegócio da soja sobre os seus territórios. Elas também apresentaram diferentes motivos agregadores ou dispersores.

O AGRONEGÓCIO DA SOJA E AS ESTRATÉGIAS EXPANSIONISTAS

Um pequeno grão pertencente à família das leguminosas, que recebe o nome científico de *Glycine max (L.) Merrill*, popularmente conhecido como soja, teve a sua domesticação na Ásia Central, pelos chineses, há cerca de 5 mil anos, inicialmente cultivada para fins alimentícios e medicinais. Desde então, espalhou-se pela Ásia e há 300 anos disseminou-se pelo Ocidente, especialmente na América HASSE (1996).

Considerando o contexto histórico, expressado por Bertrand *et al.*, (1987), no período colonial, somente a China lidava com grandes quantidades de exportações da soja. Entretanto, a partir da década de 1930, a soja passa a se desenvolver no Novo Mundo, através dos estímulos da Associação Americana da Soja. Em virtude dos acontecimentos da revolução chinesa, que suspendeu as exportações de soja da Manchúria em 1949, o cenário torna-se favorável para a produção dos Estados Unidos, que passa a assumir o comércio mundial. As importações foram ampliadas para a Europa e Japão. Porém, com a determinação de suspensão das exportações de soja em 1973, pelos Estados Unidos, os preços subiram consideravelmente, o que acabou influenciando a produção do Brasil, da Argentina e do Paraguai, ao ponto de tornarem-se concorrentes dos Estados Unidos.

Assim, a soja passou a ser utilizada como matéria-prima para uma série de subprodutos para a alimentação de animais domésticos e humanos. A sua lista de utilização é extensa e figura nos mais variados usos e aproveitamentos.

Por onde passa, a soja carrega consigo o condão de provocar intensas alterações. Entretanto, esse “condão transformador”, não acontece em forma de mágica, ele é amparado em diversas estratégias expansionistas orquestradas, tornando-se uma das principais representantes do agronegócio. E falando-se em ações orquestradas, Paulino (2008, p. 229) assevera que para sustentar-se o agronegócio depende de determinados fatores: questões fundiárias – flexibilidade de fronteiras, modelo fundiário concentrador; disponibilidade de mão-de-obra e acesso a fundo público.

Em busca desses fatores para serem regidos sobre a batuta do agronegócio, constata-se a adoção de diversas estratégias expansionistas, dentre elas, a busca por terras em áreas tropicais para expandirem suas culturas.

Petras, (2007), expressa que os países periféricos, sobretudo os da América Latina não apresentam uma burguesia progressista, e conseqüentemente ausência de um projeto nacional. E com isso, essa classe firma fortes laços com as multinacionais, tornando-se em empresas imperiais, beneficiando-se desse processo histórico.

Esses benefícios são frutos das políticas neoliberais, que ocasionaram uma série de mudanças, dentre as quais, destacam-se:

As reformas políticas prescritas pelo "novo modelo econômico" facilitaram a concentração de terras e outros meios de produção, colocando o pequeno produtor camponês numa relação conflituosa com os grandes proprietários e com o agronegócio que favoreceu os últimos, forçando os camponeses a abandonarem ou venderem suas terras, dada a produtividade insuficiente, a valorização crescente das terras e taxas extorsivas de crédito comercial. (PETRAS & VELTMEYER, 2008, p. 83 e 84)

Aliada a essas políticas neoliberais, vale registrar alterações na produção de soja americana, como principal representante do agronegócio, que também, acabaram influenciando a produção do resto do mundo.

As mudanças na produção de soja americana, com o forte estímulo à produção de milho e retração da área com soja, têm afetado todas as produções mundiais de grãos e oleaginosas, com efeitos em cadeia sobre a área, produção, preço e estoque, não apenas de soja, mas de algodão e outros *commodities* agrícolas. A primeira consequência da substituição de área de soja por milho nos EUA, foi a elevação nos preços de soja e estímulo ao aumento de área com soja, especialmente nos principais países produtores (Brasil, Argentina) para atenderem as demandas mundiais e manter os estoques em níveis satisfatórios. (PEREIRA NETO, 2004).

A produção de soja também espalhou-se pelo Brasil, Oliveira (2006) acrescenta que no processo de expansão da área cultivada de soja no território brasileiro, a mesma iniciou na região Sul do Brasil, que manteve a hegemonia até o final da década de 1990, após expandindo-se para os cerrados do Centro-Oeste, tornando-se líder na produção. A expansão também prosseguiu para as regiões Sudeste e Nordeste, com destaque para o Oeste da Bahia, sul do Maranhão e Piauí, e por fim, atingiu a região Norte.

TERRITORIALIDADES DIVERGENTES: A CAMPONESA E A CAPITALISTA

A concepção adotada no trabalho, fundamenta-se que o território é constituído a partir do espaço, resultante das mais variadas atuações de múltiplos sujeitos, e o espaço é anterior ao território. Para tal fundamentação, a pesquisa apoia-se nas afirmações de Raffestin (1993, p.144) ao assegurar que (...) “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Ele ainda afirma que ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. Assim, o território é fruto de uma produção social e de formas de poder que se organizam para atuar sobre o mesmo. Esclarecendo essa atuação percebe-se também que:

O território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre, território e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONCALVES, 2006, p. 5).

Através dessa apropriação do território, envolvendo pertencimento identitário, os grupos passam a destinar os mais variados usos ao mesmo, constituindo assim as múltiplas territorialidades. Esses usos vão depender do contexto ao qual esses sujeitos pertencem. Partindo desse princípio verifica-se que:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” e para os “atores hegemonzados” corresponde a um abrigo, no qual buscam constantemente “se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (SANTOS *et al*, 2000, p. 12-13).

Tomando como referencial essa premissa, cada grupo vai imprimir feições próprias ao território, essa recriação de estratégias, traduz-se nas territorialidades. E nessa dialética, surgem os conflitos envolvendo as relações sociais ao tentar organizar o território, considerando os objetivos de cada grupo. E as diferentes formas de apropriação social do espaço, geram conflitos, e são expressas em diferentes territorialidades.

Sack (1986), afirma que, de simples recurso para manter circunscritos grupos humanos, como na antiguidade, a territorialidade tornou-se, na modernidade, instrumento político-estratégico para alocar/deslocar significado ao espaço, de tornar impessoais as relações sociais e de obscurecer as fontes de poder.

Para compreender as territorialidades divergentes, é preciso perceber a existência das mesmas, e por sinal, agindo no mesmo território. Essas relações que se processam nesses territórios, geralmente não são harmoniosas, mas tendem a causarem embates e constantes divergências, ao ponto de determinados territórios serem sobrepostos a outros, conforme verifica-se:

Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes(...) Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado. (FERNANDES, 2008, p. 295).

Assim, sob o mesmo território, é possível perceber a atuação de múltiplas territorialidades. Tomando como cenário as comunidades estudadas, que estão enfrentando a expansão do agronegócio da soja sobre os seus territórios, torna-se prudente discorrer sobre as características e singularidades dessas territorialidades, incluindo as suas lógicas.

É necessário expressar os usos da terra feitos pelos representantes das diferentes territorialidades: a capitalista, usa a terra como expressão de mercadoria, enquanto que a camponesa concebe a terra como elemento essencial para a reprodução familiar e também de seu modo de vida, que por sinal, é bastante específico.

Para diferenciar essas atuações, Paulino (2008, p.214), destaca o tripé da valorização capitalista: produção, circulação e consumo, que influenciam diretamente na maneira como se processa a apropriação desigual da riqueza ao longo da história. E Woortmann (1990), expressa que o sustentáculo da ética camponesa está assentado nos valores morais, amparados na terra, trabalho e família e quanto aos princípios centrais de organização; a honra, a hierarquia e a reciprocidade.

Diante disso, torna-se necessário expressar como se processa o modo capitalista de produção no campo. Oliveira (1996, p. 49), explica isso, ao destacar que a princípio acontece através da sujeição da renda da terra ao capital, através da compra da terra com fins de exploração ou de venda, ou também pela subordinação à produção do tipo camponês. A mais utilizada pelo capital é a sujeição da renda da terra, o que torna mais fácil também a sujeição do trabalho que acontece na terra. O citado autor afirma; “É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo capitalista de produção, e não expressa num universo particular isolado.”

Essas diferentes territorialidades são percebidas em relação às características das propriedades. Observa-se, que as propriedades dos camponeses da área de estudo, apresentam áreas de pequenas extensões, apenas uma difere deste contexto, na comunidade do Açaizal do Prata, pois ultrapassa 200 ha. O que evidencia que são pequenas propriedades utilizadas pelas famílias, com o emprego da própria força de trabalho, caracterizando assim, uma agricultura de subsistência, com poucas vendas dos excedentes, como foi possível verificar nas incursões de campo.

A situação de declínio da produção camponesa evidencia-se, com o contraste das famílias que ainda fazem algum cultivo, utilizando, no máximo 1 hectare de suas propriedades, enquanto que as

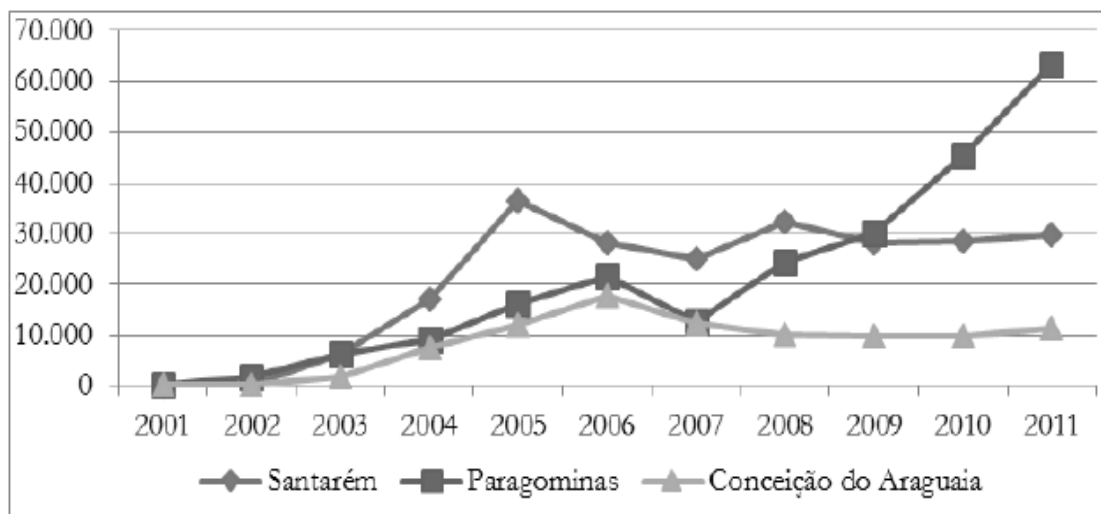
áreas de plantações dos sojeiros, apresentam áreas bem maiores. Afinal, segundo pesquisas desenvolvidas por Castro *et al.*, (2004) com empresários do agronegócio, eles afirmam que a “plantação com soja só passa a ser competitiva no mercado, logo lucrativa, com pelo menos uma extensão de 1000 ha”. O que implica em retirar das áreas, utilizando diversas estratégias, famílias já estabelecidas há muito tempo, ou avançando sobre outros espaços.

Os camponeses não retiram mais seu sustento da agricultura, combinando a renda com ingressos assistenciais do governo e atividades de serviços. Na comunidade de Açaizal do Prata, a situação se repete, aparecendo famílias que arrendam as propriedades para os produtores de grãos e algumas que se arriscam com plantios próprios, na tentativa de se adaptar ao padrão dominante no seu entorno.

No que diz respeito aos tipos de plantio desenvolvidos nas comunidades, observa-se, uma diversificação de culturas destinadas a subsistência. Quanto ao tipo de plantio, se destaca o cultivo da mandioca, como uma importante fonte de alimento, bem como de renda entre os comunitários. A produção de farinha é comum a maioria das famílias, com técnicas ainda tradicionais e com baixo aproveitamento de subprodutos (tucupí, goma de tapioca, etc.). Dentre todas as comunidades estudadas, a produção agrícola do Paca, realizada pelos camponeses é residual, refletindo seu ilhamento territorial, social e econômico.

No entorno desses territórios utilizados pelos camponeses, constatou-se também, aumento considerável das áreas utilizadas para o cultivo da soja. Como no Estado do Pará, a produção de soja concentra-se em três polos: Santarém, Paragominas, Conceição do Araguaia, que apresentaram aumentos significativos na área cultivada e na produção. Sauer e Pietrafesa (2013), tomando como parâmetro, os dados do IBGE (2013), expressam que em 2001 era pouco mais de mil hectares, porém em 2011 saltou para mais de 100 mil hectares. Milani et al., (2008), atesta que esse quantitativo superou a média nacional e a de outros países produtores de soja.

GRÁFICO 1 – ÁREA PLANTADA DE SOJA NOS TRÊS PRINCIPAIS POLOS DO PARÁ (EM HECTARES). FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (IBGE, 2013).



O gráfico 1 expressa o comportamento da cultura da soja nos três polos do Pará. A região de Santarém, apesar de apresentar a maior área cultivada com soja até 2006, perde espaço nos anos seguintes para a região de Paragominas. Assim, após alterações consideráveis a partir de 2007/2008, a área cultivada passa a se estruturar nas seguintes proporções: Paragominas concentra 58% (63 mil

hectares); Santarém, incluindo o Baixo Amazonas 28% (mais de 29 mil hectares) e a região de Conceição do Araguaia com 10% (mais de 11 mil hectares cultivados com soja).

Mesmo apresentando aumento considerável nos índices de produção de soja no Estado do Pará, torna-se necessário destacar que segundo, Sauer e Pietrafesa (2013), se tomar como referencial a produção nacional de soja, o Pará não representa muito nas estatísticas das áreas, pois comportam apenas 1 % da área nacional, mas sim a velocidade com que essa expansão acontece. O mesmo autor, citando Filgueiras *et al.*, (2007) ainda destaca outro fator que merece ser frisado nesse processo expansivo em áreas de fronteiras agrícolas; que apesar de verificar-se aumento na produção, está estaria ligada ao aumento de novas áreas produtivas do que a implementação de tecnologia, mesmo em meio aos discursos com viés inovadores.

Essa produção, foi realizada, por diversos produtores de soja, que migraram de outras regiões. Monteiro (2008), ao falar sobre esses migrantes que chegaram a região, expressa que em virtude da dificuldade de se reproduzirem socialmente em suas terras como pequenos agricultores, saem em busca de “uma fronteira aberta no país”; a região em tela. Ocasionalmente assim, dois movimentos distintos; um expansionista, onde os produtores mantem as suas propriedades mais extensas nos estados de origem e outro movimento migratório, onde os produtores vendem as suas propriedades com proporções menores e migram em busca de novas áreas.

Esses investidores, ao chegarem a região, encontraram um cenário que de certa forma, apresentou-se como favorável ao encanto do agronegócio. E isso contribuiu para a venda das terras a preços atrativos à época, mas que depois transformavam-se em armadilhas, pois não era o suficiente para adquirirem outros bens de valor equiparado.

No que diz respeito as relações mantidas com o território, observa-se diferenças. Um dos moradores da comunidade do Paca, assegura que não sairá das suas terras, mesmo com todas as dificuldades, pois não pretende deixar os restos mortais de sua mãe, que encontra-se no cemitério local, quase totalmente absorvido pelas plantações de soja. Os seus irmãos já migraram para outras regiões, assim como outros moradores.

Através dessa atitude e de outras, é possível identificar relações diferenciadas desses camponeses com os seus territórios. Muitos deles não o veem apenas como um recurso a ser apropriado, mas muito além, envolvendo elementos do “signo do sagrado.”

Esse comportamento demonstra uma forma diferente de se relacionar com o território, muito presente nas sociedades tradicionais, incluindo as camponesas. Essa mesma relação não é percebida entre os sojicultores, que em nome da produção e do lucro, avançam sobre as margens das estradas, “os terreiros das casas” e por onde mais for possível plantar.

Quanto aos problemas enfrentados pelas comunidades estudadas em virtude da expansão da soja, os entrevistados destacam: migração intensa, como afirma um remanescente, que essa situação foi “como uma espécie de vento, que varreu os moradores para longe”, o aumento da temperatura, odor de veneno espargido nas lavouras, dificuldades para criarem pequenos animais, conflitos.

Em decorrência do avanço do cultivo mecanizado da soja, muitas famílias sofrem muitas pressões de diversos tipos para venderem as suas terras. Seja por coação, ou por oferecimento de valores que esses pequenos produtores consideravam altos, e vendiam e depois percebiam que não davam para comprar quase nada. Outros arrendaram as suas propriedades, depois perceberam que haviam perdido os pastos e provocado várias alterações nas mesmas.

Assim, constata-se que as lógicas do uso do território são diferenciadas, o que gera também, territorialidades diferenciadas. Entretanto, essas diferentes territorialidades, vão produzir atuações diferentes, considerando que a do agronegócio tenta se propagar como a alternativa viável para o modelo de desenvolvimento, ocultando assim o seu caráter concentrador FERNANDES,(2009).

Essa espécie de territorialização, extremamente propagada aos quatro cantos, por sua vez, está amparada em um forte aporte tecnológico. Porém, esse aparato não é suficiente para promover mudanças significativas; muda-se a estratégia de atuação e alguns atores, entretanto, permanece os resultados, que são a concentração tanto da terra, bem quanto da produção e usufruto desses bens.

Se referindo sobre as lutas camponesas contra a expropriação ou a necessidade do acesso à terra, Oliveira (1996, p.50) afirma que: “esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado desse processo, constata-se, grandes desequilíbrios, pois nos mesmos territórios verifica-se a desarticulação dos sistemas de produção de camponeses e a substituição destes, pela produção mecanizada de soja. Os remanescentes enfrentam dificuldades para permanecerem em espaços restritos e com pouco apoio para elevarem a sua produção e manterem seu modo de vida.

Diante dessas constatações, verifica-se que essa nova territorialidade produtiva, é extremamente concentradora, excludente, e prejudicial ao uso sustentável dos recursos naturais, surgindo assim, a necessidade de se desenvolver programas que favoreçam a agricultura familiar, e o uso do território que acolha de forma mais atraente os moradores locais, em vez de expulsá-los.

As comunidades que apresentaram algum elemento agregador, resistiriam melhor ao assédio as suas terras. A comunidade do Prata, mesmo tendo sido o berço do sindicalismo em Santarém-PA, apresentou menos laços familiares e houve uma maior desintegração, apresentando apenas em 2010, um considerável elemento agregador, que é uma Escola Familiar Rural, com o objetivo oferecer uma educação voltada para o campo. Porém, muitos dos camponeses dessa área, já tinham vendido as suas terras.

Quanto a comunidade de Açaizal do Prata, por dispor de elementos agregadores, como maiores laços familiares, e uma usina hidrelétrica comunitária, que fornece energia para os comunitários, e a princípio, propagava-se implantação de projetos de irrigação, evitou uma desintegração da mesma. Já a comunidade do Paca, foi a que mais sofreu dispersão dos seus membros, pois não apresentou nenhum elemento agregador que manteve os seus membros.

Conclui-se que, caso não haja investimentos combinados para a vitalização econômica dessas comunidades, a sustentabilidade e a permanência dessas famílias estão comprometidas. Portanto, cabe destinar atenção as mesmas, a fim de que consigam sobreviver em territórios em processo de desarticulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**, tradução Beatriz Medina. – São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BERTRAND, Jean-Pierre *et al.* **O mundo da soja**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.) . **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 424 p.
- _____. Reforma Agrária no Governo Cardoso e no Governo Lula: Desafios da Geografia Agrária. In: **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**; org. por MEDEIROS, Rosa Maria e Falcade, Ivanira- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

- _____. Prefácio a edição brasileira. In BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FILGUEIRAS, Gisalda C.; FERREIRA, Mônica N. C.; SANTANA, Antônio C. *Análise do mercado e da concentração espacial da cadeia produtiva da soja na Amazônia*. Belém: Banco da Amazônia, 2007. Disponível em <www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Cestudossetoriais%5Cestudos_setoriais_4.pdf>. Acesso em 01 mai. 2015.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**: tradução de Nivaldo Montingelli Jr. – Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e baianos no Novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 470 p.
- HASSE, Geraldo. **O Brasil da soja – Abrindo fronteiras, semeando cidades**. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- HARIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.
- HÉBETTE, Jean. A questão da terra. In: Pará, Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos; história social, econômica e terras especiais**. – ed. Belém, CEJUP, 1992.
- HEBETTE, J. MAGALHÃES, S. B; MANESCHY, M.C; (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará**. Belém. Editora EDUFPA, 2002.
- IBGE, 2010 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>, acessado em 30/06/2014.
- LEROY, Jean Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Editora Vozes, Rio de Janeiro , 1991.
- LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia do século XXI: Novas formas de Desenvolvimento**. Empório do Livro, 2009.280p.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO.E. T , FABRINI. J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.
- MORAN, E. F. **Developing the Amazon**. Bloomington, Indiana University Press, 1981.292 p.
- NAHUM, João Santos. **Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento**. Boletim. geográfico, Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011.
- NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C, MURRIETA, R, NEVES, W (org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. Contexto. São Paulo, 1996.
- _____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156, Jul/dez 2003.
- _____. **A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja**. Revista Terra Livre, Goiania, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 13-43, Jan-Jun/2006.
- PAULINO, Tomiasi Eliane. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO.E. T , FABRINI. J. E. (org.), **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia. 2008.
- PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis; UFSC, 2007.

PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA NETO, L. G. **Germinação de sementes de soja armazenadas em bancos de germoplasma**. 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. Orientadora: Maria Laene Moreira de Carvalho.

Biblioteca(s): Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, J.V. **Apontamentos para a história da Igreja de Santarém**. 1982, 67 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton *et al.*, O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12. 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____ **A definição do Camponês: conceituação e desconceituações, o Velho e o Novo em uma discussão marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26. Editora Vozes, 1980.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, J. P. **Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará**. ACTA Geográfica, vol. 7, p. 245-264, 2013.

VELHO, Otavio. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia**. Anuário Antropológico, Número 87, 1990.